



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ  
Rua Sólon de Lucena nº. 10 – Centro  
CNPJ – 08.767.154/0001-15

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº. 253/75, de 20 de novembro de 1975.

**BREJO DO CRUZ-PB, QUINTA – FEIRA 27 DE MAIO DE 2021.**

## ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 1.211, DE 03 DE MAIO DE 2021.

**Dispõe sobre a adoção do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC e estabelece o Plano de Ação para adequação ao Decreto Federal 10.540/2020 e dá outras providências.**

Faço saber que o Chefe do Poder Executivo do Município de Brejo do Cruz (PB), no uso de suas atribuições legais, com amparo no art. 84, IV e VI, da Constituição Federal de

1988 e na Lei Orgânica do Município de Brejo do Cruz; CONSIDERANDO o disposto no artigo 163-A da Constituição Federal de 1988, o qual estabelece que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.”

CONSIDERANDO o disposto nas Leis 4.320/64 e 101/00 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal), as quais estabelecem normas de Finanças públicas a serem observadas por todos os entes públicos da Federação;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto Federal 10.540/2020, o qual dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos a serem observados por todos poderes e órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta Município, para fins de adoção do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC;

CONSIDERANDO que conforme disposto no parágrafo 3º. do artigo 1º. do Decreto 10.540/2020, o SIAFIC será mantido e gerenciado pelo Poder Executivo, o qual terá a responsabilidade pela contratação ou desenvolvimento, pela manutenção e atualização do SIAFIC e pela definição das regras contábeis e das políticas de acesso e segurança da informação, aplicáveis aos Poderes e aos órgãos de cada ente federativo, com ou sem rateio de despesas;

### DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o plano de ação voltado para a adequação às disposições do Decreto Federal nº 10.540/2020 no que se refere ao atendimento dos requisitos mínimos de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, conforme constante no Anexo único deste Decreto.

Art. 2º - Todos os poderes e órgãos da Administração Direta e Indireta, integrantes do Município, inclusive suas Autarquias e Fundações públicas deverão observar as orientações contidas neste Decreto para nortear o processo adoção do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC nos termos das disposições contidas no Decreto 10.540/2020.

§1º - O SIAFIC será mantido e gerenciado pelo Poder Executivo, o qual terá a responsabilidade pela contratação ou desenvolvimento, pela manutenção e atualização e pela definição das regras contábeis e das políticas de acesso e segurança da informação, aplicáveis aos Poderes e aos órgãos de cada ente federativo, com ou sem rateio de despesas.

§2º - O Poder Executivo observará a autonomia administrativa e financeira dos demais Poderes e órgãos e não interferirá nos atos do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos

autorizados na forma da legislação e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido e nos demais controles e registros contábeis de responsabilidade de outro Poder ou órgão.

§3º - O SIAFIC permitirá a geração e a disponibilização de informações e de dados contábeis, orçamentários e fiscais, observados a periodicidade, o formato e o sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, nos termos do disposto no § 2º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000, inclusive quanto ao controle de informações complementares.

### DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º - Para fins deste Decreto, em observância com as disposições contidas no Decreto Federal 10.540/2020, entende-se por:

I - sistema único - sistema informatizado cuja base de dados é compartilhada entre os seus usuários, observadas as normas e os procedimentos de acesso, e que permite a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada, nos termos do disposto no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - sistema integrado - sistema informatizado que permite a integração ou a comunicação, sem intervenção humana, com outros sistemas estruturantes cujos dados possam afetar as informações orçamentárias, contábeis e fiscais, tais como controle patrimonial, arrecadação, contratações públicas, dentre outras;

III - execução orçamentária - a previsão, a arrecadação e o recolhimento de receitas e a utilização de créditos consignados na Lei Orçamentária Anual a cada Poder ou órgão, incluídas as fases de empenho, liquidação e pagamento;

IV - administração financeira - as atividades de previsão, arrecadação, programação e execução financeira, de administração de direitos e haveres e de gestão do caixa, das disponibilidades e das garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro de cada ente federativo;

V - controle da execução orçamentária e financeira - registros e atos necessários à coordenação da administração financeira e da execução orçamentária, incluídos os registros contábeis correspondentes;

VI - gestão contábil - conjunto de normativos, procedimentos e sistemas estruturantes ou organizacionais que visem evidenciar atos e fatos dos entes federativos relativos à situação orçamentária, financeira e patrimonial e os atos potenciais que possam gerar reflexos no patrimônio da entidade, para fins de prestação de contas e responsabilização, tomada de decisão e transparência das contas públicas;

VII - base de dados - conjunto ou repositório de dados interrelacionados, organizados de forma a permitir a recuperação da informação de maneira centralizada, que podem ser armazenados e acessados local ou remotamente;

VIII - ordenador de despesa - a autoridade cujos atos resultem em emissão de empenho, em autorização de pagamento e em suprimento de recursos ou seu dispêndio;

IX - disponibilização de informações em tempo real - a disponibilização das informações até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no SIAFIC, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

X - meio eletrônico de amplo acesso público - sistemas, painéis de visualização de dados e sites eletrônicos que não exijam cadastramento de usuário ou utilização de senha para acesso;

XI - unidade gestora ou executora - a unidade orçamentária ou administrativa que realiza atos de gestão orçamentária, financeira ou patrimonial, cujo titular está sujeito à prestação de contas anual;



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ  
Rua Sólon de Lucena nº. 10 – Centro  
CNPJ – 08.767.154/0001-15

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº. 253/75, de 20 de novembro de 1975.

**BREJO DO CRUZ-PB, QUINTA – FEIRA 27 DE MAIO DE 2021.**

XII - padrão mínimo de qualidade - o conjunto de características ou requisitos gerais, contábeis, de transparência da informação e tecnológicos a serem atendidos pelo SIAFIC, cuja não observância sujeitará o ente federativo à aplicação da penalidade de que trata o inciso I do § 3º do art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 2000, sem prejuízo de outras sanções a serem aplicadas aos gestores responsáveis pelos órgãos de controle interno e externo;

XIII - registro contábil - a tradução do fenômeno a ser representado pela contabilidade, observadas as exigências estabelecidas neste Decreto e nas normas de que trata a alínea "f" do caput do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, relativas ao registro contábil, às formalidades da escrituração contábil, à documentação contábil, do Diário e do Razão;

XIV - patrimônio da entidade - o conjunto de bens e direitos das entidades do setor público, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados, e suas obrigações, conforme definição das normas de contabilidade aplicáveis;

XV - usuário - a pessoa física que, após o cadastramento e a habilitação de acesso no SIAFIC:

a) insere e consulta documentos;

b) é responsável pela qualidade e veracidade dos dados introduzidos; e

c) é identificado por seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou por seu certificado digital;

XVI - administrador do SIAFIC - o agente responsável por manter e operar o ambiente computacional do sistema, encarregado da instalação, do suporte e da manutenção dos servidores e dos bancos de dados;

XVII - documento de suporte - documento, físico ou eletrônico, gerado ou não pelo SIAFIC, que comprova a transação na entidade do setor público, utilizado para a sustentação do registro contábil, tais como notas fiscais, contratos e recibos;

XVIII - documento contábil - documento gerado pelo SIAFIC que origina lançamentos contábeis, tais como notas de empenho, notas de lançamento, notas de dotação e notas de movimentação de crédito;

XIX - sistema estruturante - sistema com suporte de tecnologia da informação fundamental e imprescindível para o planejamento, a coordenação, a execução, a descentralização, a delegação de competência, o controle ou a auditoria das ações do Estado, além de outras atividades auxiliares, comum a dois ou mais órgãos da administração pública e que necessita de coordenação central;

XX - moeda funcional - a moeda do ambiente econômico principal em que a entidade opera; e

XXI - moeda estrangeira - a moeda diferente da moeda funcional da entidade.

## DA COMISSÃO ESPECIAL

Art. 4º - Fica criada Comissão Especial com o objetivo de conduzir o processo de adoção do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC e adotar providências para cumprimento das disposições contidas no Decreto 10.540/2020, e será composta por:

I – Secretário da Fazenda do Município (Coordenador);

II – Secretário da Administração do Município (membro);

III – Responsável técnico pela Contabilidade do Município (membro);

V – Representante da Procuradoria do Município (membro);

VI – Representante do Poder Legislativo (membro);

Art. 5º - São Atribuições da Comissão Especial criada para adoção do SIAFIC Municipal:

a) Elaborar Calendário de reuniões de Trabalho de acordo com o Cronograma de Ações a serem adotadas para cumprimento das suas funções;

b) Realizar Diagnóstico dos sistemas instalados x estrutura de tecnologia x estrutura de humana e recursos disponíveis;

c) Reavaliar o Plano de Ação de implementação do SIAFIC;

d) Verificar o atendimento aos requisitos dos procedimentos contábeis em atendimento ao disposto na Seção I, do Capítulo II do Decreto 10.540/2020;

e) Verificar o atendimento aos requisitos da transparência da informação em atendimento ao disposto na Seção II, do Capítulo II do Decreto 10.540/2020;

f) Verificar o atendimento aos requisitos dos tecnológicos em atendimento ao disposto na Seção III, do Capítulo II do Decreto 10.540/2020;

g) Orientar Providências junto aos fornecedores quanto a adequação dos sistemas contratados pelo Município para fins de Adequação/Desenvolvimento das rotinas de integração entre o SIAFIC e os demais sistemas estruturantes instalados do Município;

h) Desenvolver Plano de Capacitação das equipes do Município em relação a utilização do SIAFIC;

## DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. As disposições contidas neste Decreto aplicam-se, no que couber, a todas as entidades integrantes do município, em conformidade com o disposto no artigo 2º.

Art. 7º - Para fins de cumprimento das disposições contidas no Decreto 10.540/2020, os poderes e órgãos da administração direta e indireta, bem como todos os servidores e fornecedores do Município, deverão observar as disposições contidas nesse Decreto Municipal, sob pena das sanções cabíveis previstas na Legislação.

Art. 8º - O não cumprimento das disposições contidas neste Decreto implicará em responsabilidade funcional e pessoal de servidor, bem como, notificação e suspensão de contratos junto a fornecedores dos sistemas que atendem ao Município.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na datada sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz (PB), 03 de maio de 2021.

Tales Torricelli de Sousa Costa e Silva  
PREFEITO

## LICITAÇÃO

### AVISO DE RETIFICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00001/2021

Processo Administrativo nº 0042/2021 – Tipo: Menor Preço; referente ao Pregão Eletrônico nº 00001/2021, que objetiva: Aquisição de gêneros alimentícios que compõem o cardápio da merenda escolar para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino. Nas publicações do dia 24 de Maio de 2021 no Diário Oficial da União, Seção 3, Página 231, Diário Oficial do Estado da Paraíba de 22/05/2021, página 37 e Diário Oficial do Município de 24/05/2021, página 01.

Onde se lê:

LIVRE ESCOLHA COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - R\$ 162.077,15; RAIMUNDO ADELMAR FONSECA PIRES - R\$ 203.923,00.

No item 056 do Termo de Referência: Ovo de galinha Grande Branco, íntegro, sem manchas ou sujidades, casca lisa, pouco porosa, resistente e formato característico, bandeja com 30 unidades.



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ  
Rua Sólon de Lucena nº. 10 – Centro  
CNPJ – 08.767.154/0001-15

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº. 253/75, de 20 de novembro de 1975.

**BREJO DO CRUZ-PB, QUINTA – FEIRA 27 DE MAIO DE 2021.**

Leia-se:

LIVRE ESCOLHA COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - R\$ 220.637,15; RAIMUNDO ADELMAR FONSECA PIRES - R\$ 192.523,00.

No item 056 do Termo de Referência: Ovo de galinha Grande Branco, íntegro, sem manchas ou sujidades, casca lisa, pouco porosa, resistente e formato característico, bandeja com 15 unidades. E convoca: Para assinar os devidos termos de contratos. Para que surta os efeitos legais conforme as Leis nº 8.666/93 e Decreto nº 10.024/2019 e alterações posteriores.

Brejo do Cruz - PB, 26 de Maio de 2021.

TALES TORRICELLI DE SOUSA COSTA E SILVA  
Prefeito

## EXTRATO DE CONTRATO DE I TERMO ADITIVO

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Nº 00002/2021/ Proc. Licitatório nº 0007/2021.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações, art. 62, inciso II, alínea “d”.

Contratantes: Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz-PB e Maria de Lourdes Rodrigues de Melo, CNPJ nº 01.112.460/0001-74.

Objeto Constitui o objeto do presente I Termo Aditivo a alteração na cláusula terceira – Do Valor e Preços, do Contrato nº 00014/2021 firmado em 01/03/2021 com vigência até o final do exercício financeiro do corrente ano, valor do acréscimo R\$ 72.000,00 sobre o referido contrato. Dotação Orçamentária: Recursos Próprios do Município de Brejo do Cruz: Unidade: 03 Secretaria de Administração; Funcional: 04.122.2001.2.004 - Serviços Administrativos Gerais e de Apoio Específico; 3.3.90.30.00.00.00.00 1001 - Material de Consumo - Recursos Próprios. Unidade: 04 Secretaria de Finanças; Funcional: 04.124.2003.2.005 - Planejamento, Execução Orçamentária, Financeira e Controle; 3.3.90.30.00.00.00 1001 - Material de Consumo - Recursos Próprios. Unidade: 05 SECRETARIA DE AGRICULTURA Funcional: 20.608.2017.2.006 Incentivo à atividade agrícola; 3.3.90.30.00.00.00 1001 - Material de consumo - Recursos Próprios; Unidade: 06 Secretaria de Educação; Funcional: 12.361.2009.2.009 Desenvolvimento do ensino fundamental; 3.3.90.30.00.00.00 1111 Material de consumo; 3.3.90.30.00.00.00 1113 Material de consumo; 3.3.90.30.00.00.00 1120 Material de consumo; 3.3.90.30.00.00.00 1121 Material de consumo; Funcional: 12.361.2009.2.010 Manutenção do transporte escolar; 3.3.90.30.00.00.00 1111 Material de consumo; 3.3.90.30.00.00.00.1113 Material de consumo; 3.3.90.30.00.00.00 1120 Material de consumo; 3.3.90.30.00.00.00 1123 Material de consumo; 3.3.90.30.00.00.00 1125 Material de consumo; Unidade: 07 Secretaria de Saúde; Funcional: 10.301.2005.2.015 Manutenção de serviços básicos de saúde; 3.3.90.30.00.00.00 1211 Material de consumo; Unidade: 12 Fundo Municipal de Saúde; Funcional: 10.301.2005.2.030 Atenção básica vinculada em saúde; 3.3.90.30.00.00.00 1214 Material de consumo; Funcional: 10.302.2006.2.031 Serviços de atendimento móvel de urgência – SAMU; 3.3.90.30.00.00.00 Material de consumo; Unidade: 09 Secretaria de Infraestrutura; Funcional: 15.122.2001.2.020 Manutenção da secretaria de infraestrutura; 3.3.90.30.00.00.00 1001 Material de consumo - Recursos Próprios.

Brejo do Cruz- PB, 26 de Maio de 2021.

TALES TORRICELLI DE SOUSA COSTA E SILVA

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00005/2021

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Sólon de Lucena, 10 - Centro - Brejo do Cruz - PB, por meio do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, para: Locação de veículos com capacidade mínima de sete passageiros para prestar serviços terceirizados de apoio à Secretaria Municipal de Educação, conforme termo de compromisso PAR nº 202002818–22. Abertura da sessão pública: 09:00 horas do dia 11 de Junho de 2021. Início da fase de lances: 09:15 horas do dia 11 de Junho de 2021. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; Decreto Municipal nº 755/08; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3443–2240.

E-mail: [pmblicita@gmail.com](mailto:pmblicita@gmail.com). Edital: [www.brejodocruz.pb.gov.br](http://www.brejodocruz.pb.gov.br); [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br); [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Brejo do Cruz - PB, 26 de Maio de 2021

ALISON DE SOUSA SILVA  
Pregoeiro Oficial

**BCPREV – BREJO DO CRUZ PREVIDÊNCIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**



ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ  
Rua Sólon de Lucena nº. 10 – Centro  
CNPJ – 08.767.154/0001-15

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Criado pela Lei nº. 253/75, de 20 de novembro de 1975.

**BREJO DO CRUZ-PB, QUINTA – FEIRA 27 DE MAIO DE 2021.**